

# PERSPECTIVAS DISCURSIVAS NA FORMAÇÃO DO CONCEITO DE DESCRIÇÃO DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVÍSTICA

**Wanessa Martins Rodrigues**

Bacharela em Arquivologia pela UFPA. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPA. Bolsista CAPES de Mestrado.  
E-mail: wanessa060734@gmail.com

**Thiago Henrique Bragato Barros**

Professor adjunto no Departamento de Ciência da Informação da UFRGS e dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Pará- UFPA e UFRGS. E-mail: thiagobarros@ufpa.br

**João Batista Ernesto de Moraes**

Doutor em Estudos Literários. Professor Adjunto no Departamento de Ciência da Informação da UNESP.  
E-mail: jota@marilia.unesp.br

**Resumo:** Apresenta-se os conceitos de Análise do Discurso baseado na escola francesa que tem como precursor Michel Pêcheux, dessa maneira o referencial teórico está delimitado à tradição francesa em Análise do Discurso, baseia-se nos autores Michel Pêcheux e Eni Pulcinele Orlandi, precursora dessa linha de Análise do Discurso no Brasil. A metodologia de pesquisa utilizada foi a análise bibliográfica e documental concernente à literatura da Arquivística e da Análise do Discurso. Apresenta conceitos de “descrição arquivística” por meio de recortes textuais retirados de instrumentos de descrição e normalização arquivística, como o Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos, escrita por S. Muller, J. A. Feith e R. Fruin e publicada em 1898, traduzida para o português brasileiro e publicada em 1973, e a Norma Internacional de Descrição Arquivística - ISAD (G) publicada em 2000 pelo Conselho Nacional de Arquivos, bem como de produções intelectuais dentre essas a obra de Georgete Medleg Rodrigues (2003) e a dissertação de Flávia Carneiro Leão (2006). Buscou inferir o sentido e a recorrência do conceito de “descrição arquivística” apresentados nos trabalhos anteriormente mencionados. O referido artigo é parte da produção da dissertação que se encontra em andamento. A partir da análise dissertativa aplicada aos recortes textuais foi possível identificar que o fator contextual é fundamental para a produção de sentido no conceito de descrição, esta afirmação se confirma pela recorrência com que o termo é apresentado. Sendo possível concluir que a atividade de descrição arquivística é uma atividade intelectual de pesquisa documental. O presente trabalho é importante no sentido de abrir caminhos para uma compreensão mais ampla em relação a formação e percurso de seus conceitos constituintes.

**Palavras-chave:** Análise do Discurso. Descrição Arquivística. Conceito de Descrição. Análise Conceitual.



## 1 INTRODUÇÃO

Os percursos conceituais arquivísticos não são tão claros e estudados de maneira sistêmica e aprofundados, muitas vezes encontram-se determinados pelo contexto histórico-político-social. Em virtude disso tem-se como principal objetivo encontrar, por meio da Análise do Discurso (doravante AD), os sentidos e a maneira que se apresentam os conceitos de descrição arquivística.

A AD na Ciência da Informação tem sido objeto de estudo por parte de pesquisadores como Freitas (2001), Válio e Oliveira (2003) Moraes, Lima e Caprioli (2016), Silva e Baptista (2015), Barros (2015). Nos últimos vinte anos esse diálogo interdisciplinar tem proporcionado especialmente à CI a possibilidade de maior compreensão de seu universo de atuação, que abrange toda representação e registro documental da informação.

Na Arquivística essa relação se estreita e mostra relevância especialmente na perspectiva das representações conceituais, em que os sujeitos e as descrições não são neutros, isto é, não estão dissociados de inferências e interesses particulares e/ou ideológicos, reflexos sociais e políticos imbricados no texto, mas não expressos, os quais na Análise do Discurso denomina-se *não dito*, esses estão presentes por meio do sentido, como elucida Moraes, Lima e Caprioli (2016, p.77)

[...] a linguagem não é um instrumento que se encontra facilmente visível e transparente, por tal motivo a Análise do Discurso procura detectar como um texto significa indo muito além de padrões e de como cada objeto em seu contexto significa. Então a Análise do Discurso busca compreender não somente a prática de linguagem, mas também a parte simbólica e em como isso constrói o ser humano enquanto pessoa.

Esse contexto é refletido pela ideologia interpostas nos discursos, percebido pelas relações pré-estabelecidas institucionalmente.

O referencial teórico está delimitado à tradição francesa em Análise do Discurso e baseia-se nos autores Michel Pêcheux, precursor da Análise do Discurso, e Eni P. Orlandi, referência no contexto brasileiro.

Objetiva-se identificar as transformações ocorridas no conceito de descrição arquivística no decorrer do tempo e analisar quais fatores contribuíram e influenciaram tais mudanças.

## **2 APORTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS A ANÁLISE DO DISCURSO**

A AD é uma perspectiva Linguística das manifestações do pensamento. Identificar os elementos constituintes de um discurso e categorizá-los era algo, até o início do século XX, inexistente na Linguística. A AD representa um marco, um momento de mudanças onde se insere uma nova forma de ver, analisar e entender a língua, (BARROS, 2015, p. 48-49).

A gênese da AD se deu em meados dos anos 1960 e se justifica pela incapacidade de a perspectiva conteudista suprir as necessidades da análise de texto, característica esta própria à Análise de Conteúdo. Seu “gesto inaugural” foi empreendido neste duplo sentido: a construção de um outro olhar sobre as práticas languageiras e o redimensionamento do objeto de análise” (ROCHA; DEUSDARÁ, 2005, p. 305-306).

Eni Orlandi destaca que a AD considera o homem em seu contexto histórico, os processos e as condições em que a linguagem é produzida, e isso pela apreciação do elo que se faz entre os sujeitos (falantes) e as situações (contexto em que se produz a fala). Desse modo, a AD se diferencia da linguística uma vez que se apaga a historicidade dos seus processos de análise. E essa questão – historicidade – é essencial à AD, pois o político e o simbólico não se dissociam da historicidade na análise. O discurso é um objeto sócio-histórico e trabalha a história e a sociedade

conjuntamente. Assim, o discurso é a materialização da ideologia e, a materialização do discurso se dá mediante a língua. Dessa maneira a AD se dedica à compreensão da relação existente no tripé: língua-discurso-ideologia. (ORLANDI, 2010, p. 16-17).

Moraes, Lima e Caprioli (2016) traça de maneira sucinta o percurso teórico e conceitual da Análise do Discurso. Citando Fregonezi (2002) explicam que a primeira geração da Análise do Discurso, anos 60 a início dos 70, era calcada na questão que a linguagem era o meio pelo qual se podia intervir na sociedade, principalmente nos discursos políticos.

A evolução teórica da AD, segundo Moraes, Lima e Caprioli (2016, p. 77), é marcada por três fases, descritas na obra de Pêcheux “Análise Automática do Discurso” em 1983, a AD-1. Os autores dizem que acreditava-se que o discurso era “estável e homogêneo [...] idêntico a si mesmo e diferente de outros” (MORAES; LIMA; CAPRIOLI, 2016, p. 77) nesse sentido se vê a ideologia imbricada no discurso por se analisar que a “lógica de que o discurso está submetido a regras específicas que ultrapassam o indivíduo e sua consciência” (MORAES; LIMA; CAPRIOLI, 2016, p. 78).

A AD-2, baseados em Fregonezi (2002, apud MORAES; LIMA; CAPRIOLI, 2016, p.78) observa-se que o autor trazer consigo a temática da formação discursiva deixando de lado a questão da homogeneidade, passa-se a “caracterizar uma formação discursiva enquanto dispersão dos enunciados” (FREGONEZI, 2002 apud MORAES; LIMA; CAPRIOLI, 2016, p.78). Esse, portanto, é um momento de transição em que não se vê muito bem o processo embora se saiba que um novo horizonte se abre à Análise do Discurso, essa nova perspectiva é a terceira fase denominada AD-3 com o interdiscurso.

A AD-3 traz consigo a perspectiva das diversas vozes imbricadas no discurso, a heterogeneidade discursiva, desse modo, a “polifonia passa a ser discutida na medida em que os enunciados de cada discurso levam a memória de outros discursos” (MORAES; LIMA; CAPRIOLI, 2016, p. 77). Dessa compreensão derivam duas perspectivas que são: a heterogeneidade enunciativa, no qual as vozes presentes no discurso estão evidentes e facilmente podem ser identificadas; e a heterogeneidade constitutiva que é quando as vozes constantes no discurso não estão explícitas e por isso não são identificadas sem análise/pesquisa prévia.

A heterogeneidade constitutiva dá origem ao que se chama em Linguística de *Interdiscurso*. O interdiscurso corresponde aos discursos que nascem entre o *Mesmo* e o *Outro* discurso. Originam-se nessa “brecha interdiscursiva”, são espaços que se abrem para a possibilidade de pôr em evidência e tornar conhecido o “não dito” no discurso, a ideologia existente no texto (MORAES; LIMA; CAPRIOLI, 2016, p.78).

O interdiscurso e os processos de enunciação são, segundo Pêcheux e Fuchs (1975, apud MORAES; LIMA; CAPRIOLI, 2016), sequências de concessões em que o enunciado vai sendo construído e coloca em destaque o “dito” em detrimento ao “não dito. Para os autores a enunciação é o estabelecimento de fronteiras que colocam o “dito” em evidência de modo a apagar o “não dito”. E esta enunciação que tem em vista legitimar o discurso do enunciador, o discurso escolhido para ser expresso em detrimento de outro é denominada de esquecimento número 2. Orlandi explica:

[...] ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra, e, ao longo de nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro. Ao falarmos “sem medo”, por exemplo, podíamos dizer “com coragem”, ou “livremente” etc. Isto significa em nosso dizer e nem sempre temos consciência disso. Este “esquecimento” produz em nós a impressão da realidade do pensamento. Essa impressão, que é denominada *ilusão referencial*, nos faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de tal modo que pensamos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não outras, que só pode ser assim. Ela estabelece uma relação “natural” entre palavra e coisa. Mas este é um esquecimento parcial, semi-consciente e muitas vezes voltamos sobre ele, recorremos a esta margem de famílias parafrásticas, para melhor especificar o que dizemos. É o chamado esquecimento enunciativo e que atesta que a sintaxe significa: o modo de dizer não é indiferente aos sentidos. (ORLANDI, 2010, p. 35. grifo nosso).

Por sua vez o contrário desse processo é chamado esquecimento número 1, é conhecido por constitutivo de subjetividade pois as expressões ideológicas são postas de maneira inconsciente de si mesma, como apresentados na pesquisa de Barros (2017), o autor destrincha os elementos discursivos não ditos nos textos que indicam a Arquivística como disciplina científica, traçando seu percurso teórico e conceitual ao longo do tempo ao passo que revela as questões constituintes imbricadas nos discursos como a influência do Estado enquanto um dos geradores de informação Arquivística documentada e instituidor das instituições Arquivísticas (arquivo) ao seio social. Questões que a olho nu estão “apagadas” do discurso.

Nesse viés, o discurso é a materialização da ideologia por meio da língua. É o *modus operandi* de representar os ideais de um partido, uma instituição, uma área do saber, uma teoria, dentre outros por meio da linguagem discursiva.

Nos estudos discursivos, não se separam forma e conteúdo e procura-se compreender a língua não só como uma estrutura, mas, sobretudo como acontecimento. Reunindo estrutura e acontecimento a forma material é vista como acontecimento do significante (língua) em um sujeito afetado pela história. Aí então entra a contribuição da Psicanálise, com o deslocamento da noção de homem para a de sujeito. Este, por sua vez, se constitui na relação com o simbólico, na história. (ORLANDI, 2010, p. 19, grifo do autor).

Orlandi evidencia que a Análise de Discurso não se propõe, a saber, tal qual a Análise do Conteúdo o que significa um texto, mas como um texto significa, por que ele significa algo, como se fez para que uma determinada significação estivesse nele ali representada e como o sujeito é atingido por esses fatores.

Por discurso pode-se dizer, segundo a autora Eni P. Orlandi que não se trata apenas de uma mensagem sendo transmitida, também não se pode confundir o discurso com o ciclo tradicional da comunicação em que se tem um emissor, receptor, código, referente e mensagem, há, nesse contexto (discursivo), uma conjunção dentre os elementos que “[...] estão realizando ao mesmo tempo o processo de significação e não estão separados de forma estanque. Além disso, ao invés da mensagem, o que propomos é justamente pensar aí o discurso” (ORLANDI, 2010, p. 21), explicados na sequência em que o sentido no discurso é construído a partir de seus sujeitos e relações desse com a linguagem e a história.

Corrobora-se às definições de Orlandi, acima mencionadas, a seguinte enunciação de Pêcheux:

Não se trata de pretender aqui que todo discurso seria como um aerolítico miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas de sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço. Não há identificação plenamente bem sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, por uma “infelicidade” no sentido performativo do termo – isto é, no caso, por um “erro pessoa”, isto é, sobre o *outro*, objeto de identificação. (PÊCHEUX, 1990, p. 56).

É importante destacar o subjetivismo das análises discursivas em que tanto dependem de seu contexto quanto da visão e objetivo do analista em propor seu questionamento da realidade que se pretende conhecer “não descobrimos, pois, o real: a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra” (PÊCHEUX, 1990, p. 29).

Retornando para Orlandi a autora indica que os materiais de análise sejam investigados de acordo com as proposições estabelecidas pelo analista, por isso, o subjetivismo, é essa diferenciação nos conceitos, ou seja, é o dispositivo analítico que faz com que os resultados das descrições sejam diferentes. Por essa razão faz distinção:

Entre o dispositivo teórico da interpretação, tal como o tematizamos, e o dispositivo analítico construído pelo analista a cada análise. Embora o dispositivo teórico encampe o dispositivo analítico, o inclua, quando nos referimos ao dispositivo analítico, estamos pensando no dispositivo teórico já “individualizado” pelo analista em uma análise específica. Daí dizermos que o dispositivo teórico é o mesmo, mas os dispositivos analíticos, não. O que define a forma do dispositivo analítico é a questão posta pelo analista, a natureza do material que analisa e a finalidade da análise. (ORLANDI, 2010, p. 27).

Desta maneira pode-se inferir quão essencial é o estabelecimento da pergunta, isto é, o dispositivo analítico dado pelo analista. Esta será a guia da análise e norte de toda a pesquisa discursiva que se deseja deparar/encontrar.

### 3 METODOLOGIA PARA UMA ANÁLISE DISCURSIVA

Trata-se de um trabalho teórico, com características documentais que visa analisar em uma série de obras os conceitos de descrição arquivística. Sinaliza-se também, que a AD é uma metodologia qualitativa, que visa por intermédio do texto e do discurso compreender e analisar o sentido das produções textuais. “A escola francesa de Análise do Discurso, diferentemente de outras metodologias, assume que a construção de um corpus analítico já é análise” (FREITAS, 2015, p. 2).

Feitas essas considerações parte-se de agora em diante para as delimitações, questionamentos e inferências do texto destinado à análise neste trabalho em que se busca os sentidos do texto nos termos descritos por Orlandi, os processos de *paráfrase* e *polissemia*, compreende-se que:

Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco. (ORLANDI, 2010, p. 36).

Portanto, uma análise discursiva, por esses meios, é muito mais abrangente e integradora na concepção de que permite encontrar os vários sentidos representados em um discurso/ texto que podem ter sido ditos ou não, “é nesse jogo entre paráfrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente, entre o já dito e o a se dizer que os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem seus percursos, (se) significam” ( ORLANDI, 2010, p. 36).

Orlandi (2010, p. 37) destaca que a definição de sentidos se expressa na maneira que “nesse modo de considerar a produção de sentidos, não se banaliza a noção de criatividade. O que vemos com mais frequência – por exemplo, se observamos a mídia - é a produtividade e não a criatividade” e exemplifica mostrando como as novelas se apresentam por meio da repetição para que se entenda o que de novo será apresentado.

Conforme a autora, para que haja “criatividade é preciso um trabalho que ponha em conflito o já produzido e o que vai se instituir. Passagem do irrealizado ao possível, do não-sentido ao sentido” (ORLANDI, 2010, p. 38). Portanto, a noção de sentido deve estar associada e ser compreendida em uma análise a partir dos conceitos de paráfrase e polissemia, pois estes sinalizam tanto a continuidade quanto a descontinuidade de um discurso, bem como evidenciar as possíveis criatividades ali postas.

Parte-se dessas conceituações para a análise propriamente dita, baseando a análise em textos que determinam ou pretendem definir o conceito de representação e descrição em Arquivística. Para esta análise tomou-se como fundamento textos na realidade brasileira que buscavam conceituar a descrição arquivística e que num primeiro momento inauguravam tecnicamente a área, como o caso do célebre manual de Muller, S.; Feith, J. A.; Fruin, R. , citados, no programa das disciplinas dos cursos de Arquivologia do Brasil, conforme levantamento executado em 2016. Analisou-se as disciplinas de descrição arquivística dos 16 cursos do Brasil (MARTINS; BARROS, 2016).

As definições conceituais de descrição e representação Arquivística serão analisadas segundo os conceitos de paráfrase e polissemia, de acordo com a metodologia de análise proposta por Barros (2017).

Inferiu-se a partir da análise discursiva que esta linearidade é característica a esta atividade e função arquivística, muito além de uma simples técnica, mas sim como uma função de pesquisa no contexto da representação e organização arquivística.

#### **4 CONCEITO DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: ANÁLISE DE RESULTADOS**

Os conceitos na teoria Arquivística sempre causaram muitas divergências. Essas diferenças são percebidas, geralmente, em lugares e tradições distintas, por exemplo, na diferenciação na Europa e nos EUA sobre o que vem a ser o *records management* e o *archivist* , o arquivista tecnicista voltado ao suporte e o segundo seria o arquivista profissional da informação voltado para os serviços informacionais oriundos da função arquivística.

No contexto brasileiro essa diferenciação não existe, embora a Arquivística nacional tenha fortes influências tanto americanas quanto européias se assemelhando, ainda que apenas nesse aspecto, à Arquivística integrada originária do Canadá francês.

Por razão dessas diferenciações apresentadas e exemplificadas procura-se analisar, dentro do contexto nacional, a continuidade no consenso ou deslocamentos e divergências nos conceitos apresentados pelos autores.

##### **4.1 O PROCESSO DE DE-SUPERFICIALIZAÇÃO**

O processo chamado de *de-superficialização*, segundo Orlandi é configurado pela materialidade linguística e corresponde ao “*como se diz, o que se diz e em que circunstâncias*” (ORLANDI, 2010, p. 65). Essas instâncias serão apresentadas a seguir pela contextualização dos

conceitos. Este processo, *de-superficialização*, é necessário, pois é a base para a continuidade e aprofundamento da análise discursiva. Consiste na seleção dos materiais discursivos para análise.

Isto é, naquilo que se mostra em sua sintaxe e enquanto processo de enunciação (em que o sujeito se marca no que diz), fornecendo-nos pistas para compreendermos o modo como o discurso que pesquisamos se textualiza. Observamos isso em função de formação imaginária (a imagem que se tem de um eleitor universitário, de um docente, de um candidato a reitor, de movimento social etc.), em suas relações de sentido e de forças (de que lugar fala “x”, “y”, etc.), através dos vestígios que deixam no fio do discurso. (ORLANDI, 2010, p. 65).

Tomemos o processo de **de-superficialização** de acordo com elementos que marcam o sujeito no que diz - como se diz, o que se diz e em que circunstâncias - para aplicá-lo aos recortes textuais que discorrem sobre a descrição Arquivística. Estes recortes estão presentes nas obras: **Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos (1973)** ; **Norma Internacional de Descrição Arquivística - ISAD (G)(2000)**; **A representação da informação em arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da Norma Internacional de Descrição Arquivística (2003)** de Georgete Medleg Rodrigues e **A representação da informação arquivística permanente: a normalização descritiva e a ISAD (G) (2006)** de Flávia Carneiro Leão.

Serão apresentadas inicialmente de modo a situá-las no espaço-tempo mediante a de-superficialização e em seguida são apresentadas as falas/enunciados no quadro 1 e finalmente, no quadro 2, submetidas à análise discursiva tendo como elementos de análise a paráfrase e a polissemia, já apresentadas no tópico 3.

#### 4.1.1 “Em que circunstâncias se diz?”

Inicialmente o primeiro **Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos**, produzido por três arquivistas holandeses no final do século XIX, principal instrumento norteador das atividades descritivas até a segunda metade do século XX, quando se inicia a tradição de pesquisa na arquivística internacional voltada à normalização da descrição.

O segundo – a **Norma Internacional de Descrição Arquivística - ISAD (G)** - marca a inauguração de um novo momento na arquivística mundial, que é a padronização dos meios de descrição. A normalização arquivística começou a ser pensada já na década de 1970, nos primeiros anos da década de 1980 já existiam os primeiros resultados de pesquisas e dos trabalhos do Conselho Internacional de Arquivos e da UNESCO nesse objetivo (LOPES, 2009).

As duas últimas – obras de Rodrigues (2003) e de Leão (2006) - são exemplos da conceituação mais recente e recorrente nos termos da teoria arquivística nacional. É a partir dos



anos 2000 que se torna mais frequente no Brasil a teorização das práticas Arquivísticas e a descrição faz parte desse momento de pensar sobre a prática, teorizá-la.

Apresentadas as justificativas e situadas, segue-se para a análise do discurso propriamente dita.

#### 4.1.2 “como se diz e o que se diz?”

Para representar esse sub-tópico utiliza-se de quadro para melhor visualização e compreensão dos enunciados selecionados.

**Quadro 1 - Definições de Descrição Arquivística**

DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA	
SUJEITO/INSTITUIÇÃO SOCIAL/OBRA INTELLECTUAL	ENUNCIADO
1 Manual de Arranjo e Descrição de arquivos Associação dos Arquivistas Holandeses	38. Antes de descrever-se um volume ou um amarrado cumpre conceber-se claramente a <b>ideia que presidiu à sua formação</b> . (MULLER, 1973, p. 79) (destacado pelos autores)
2 Norma Internacional de Descrição Arquivística - ISAD (G).	A descrição arquivística no sentido mais amplo do termo <b>abrange todo elemento de informação</b> , não importando em que estágio de gestão ele é identificado ou estabelecido. Em qualquer estágio, a informação sobre os documentos permanece dinâmica e pode ser submetida a alterações à luz de maior conhecimento de seu conteúdo ou do contexto de sua criação. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2001, p. 1) (destacado pelos autores).
3 Georgete Medleg Rodrigues  A representação da informação em arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da Norma Internacional de Descrição Arquivística	A descrição de documentos de arquivo pode, portanto, ocorrer em diversos níveis: um nível mais geral, o fundo; em níveis intermediários (série, subsérie, etc.) até a menor unidade de descrição, que é o item documental. Entretanto, para todos os níveis exige-se a realização de um conjunto de operações cujo objetivo é representar, de forma precisa e sintética, as informações. Quando se vai analisar o conteúdo, isto é, fazer uma análise documental, de um documento ou de um conjunto de documentos de arquivo, <b>deve-se ter em mente suas relações com um todo (contexto), além do conteúdo particular de cada conjunto ou de cada item documental</b> . (RODRIGUES, 2003, p. 225) (destacado pelos autores).
4 Flávia Carneiro Leão  A representação da informação arquivística permanente: a normalização descritiva e a ISAD (G)	Hoje, a descrição arquivística abandonou a ideia de atender ao interesse de uma determinada linha de pesquisa, das descrições analíticas, e <b>passou a enfatizar o contexto e a função em lugar do conteúdo, iniciando uma nova associação conceitual</b> . (LEÃO, 2006, p.21) (destacado pelos autores).

**Fonte:** Elaborado pelos autores. Dados da pesquisa (2018).

As definições apresentadas são breves recortes conceituais acerca da função de Descrição Arquivística e buscam situar o analista e o leitor no campo de análise. Tanto a primeira apresentação do texto com o ponto “**em que circunstância se diz**” como os pontos “**como se diz e**

o que se diz”, apresentados no quadro, resgatam o texto de seu estado superficial semântico, evidenciando as circunstâncias de criação e como a fala está posta no texto, esta última apresentada no quadro 1.

A partir disso pode-se iniciar a análise aprofundada da proposta, de acordo com os seguintes interesses: alteração do discurso no decorrer do tempo por influência de aparelho ideológico se houver, e fio condutor que perpassa o conceito no seu percurso discursivo tendo a **Paráfrase e a Polissemia** como parâmetros norteadores para a análise discursiva.

**Quadro 2 – Parafrástica e polissemica**

ANÁLISE PARAFRÁSTICA E POLISSÊMICA	
RECORTE TEXTUAL	
1º “[...] ideia que presidiu à sua formação.” (MULLER, 1973, p. 79)	A seu modo indica que se considerem informações como órgão produtor, função, atividade, finalidade e/ou qualquer outra razão/ideia originária que serviu para se produzir a descrição documental, sem necessariamente assim o dizer. No caso desse clássico texto da área pode-se observar o “não dito”, um espaço vazio e de esquecimento, mas que revela muito mais do que está explícito/dito (heterogeneidade enunciativa). Fica evidente sua heterogeneidade constitutiva, pois que associa o Mesmo discurso ao Outro, ou seja, ao novo e não expresso, às coisas que poderiam ter sido ditas, mas não o foram.
2º “[...] abrange todo elemento de informação [...]” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2001, p. 1)	Paráfrase se apresenta de modo consensual em relação ao trecho do texto nº1, em que não se vê a mesma maneira de expressar, mas, igualmente ao 1º, reforça e dá a entender que considera crucial a contextualização da informação na descrição por meio da repetição.
3º “[...] deve-se ter em mente suas relações com um todo (contexto), além do conteúdo particular de cada conjunto ou de cada item documental.” (RODRIGUES, 2003, p. 225)	Tem-se em Rodrigues (2003) a reafirmação dos discursos dos textos anteriores por meio da paráfrase e a inexistência da polissemia, pois não há divergência nem deslocamento semântico, mas sim uma continuidade semântico-discursiva produzindo sentido.
4º “[...] passou a enfatizar o contexto e a função em lugar do conteúdo, iniciando uma nova associação conceitual.” (LEÃO, 2006, p.21)	Esse último texto de Leão (2006) é marcado pela paráfrase, bem como os anteriores, mas ele traz uma novidade, no termos de Orlandi (2010), por apresentar um conflito não dito nos demais textos que é a perspectiva conteudista da atividade/pesquisa descritiva, a autora evidencia em seu enunciado o que fica subjetivo nos outros. Desse modo concebe paráfrase e novidade em seu texto, mas a polissemia, assim como nos outros, não, pois não se rompe com o sentido originalmente já estabelecido do conceito de descrição.

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2018).

Os elementos enumerados, correspondentes aos seus respectivos recortes textuais, apresentam uma recorrência ao dizer que o contexto representado por vários elementos, como os históricos e sociais, é fator essencial da descrição, não devendo, portanto, o descritor se afastar dessa instrução.

Esses destaques, mesmo com uma grande diferença em termos de temporalidade entre eles e o objetivo de cada um, ao passo que os dois primeiros normalizam e os dois últimos teorizam, demonstram uma recorrência discursiva influenciada na descrição arquivística desde seus primeiros anos, nas últimas décadas do século XIX, evidenciados pelo fator contextualização.

Este enfoque se justifica por se revelar entre os discursos cada vez mais nitidamente que a função de descrever é uma atividade, antes de tudo, de pesquisa aprofundada ao máximo de materiais que tiver à disposição e possibilita conhecer o todo documental, institucional, social e político.

Os discursos destacados, mesmo tendo sido produzidos por sujeitos e instituições diferentes, seguem um padrão. Não se vê a presença da polissemia, pois, não há equívocos ou mudanças de sentido no decorrer do tempo, há, antes, um reforço, uma constante reafirmação da ideia de análise e pesquisa contextual sendo parafraseada cada vez mais enfaticamente nos enunciados discursivos.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Apresentou-se de modo sintético os principais conceitos referentes à Análise do Discurso, seus principais teóricos em âmbito nacional e internacional, em especial seus antecessores o filósofo francês Michel Pêcheux e Eni P. Orlandi.

Filiou-se a trajetória de pesquisa desenvolvida por pesquisadores da área de Arquivística que trabalham com análise discursiva de textos da área. Algumas ponderações são fundamentais 1) a discussão conceitual na nossa área é bastante recente e isso dificulta o aprofundamento dos conceitos. 2) a falta de sinterização conceitual leva a problemas de ordem metodológica. 3) os textos analisados são conceitualmente autorreferentes.

Desse modo a análise realizada cumpriu seu objetivo inferir o sentido e a recorrência do conceito de “descrição arquivística” e conclui que encontra na linearidade e reforço semântico do conceito de descrição uma preocupação com a transparência e maior capacidade de abrangência na conceituação da área.

Estudos desta natureza são essenciais por permitirem sinalizar marcos, transformações e continuidades de uma disciplina científica, neste caso, a Arquivística. E evidencia a importância das relações interdisciplinares, característica inerente à Ciência da Informação e que precisa ser cada vez mais estabelecida com áreas tradicionalmente relacionadas, como Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, para melhor abordagem e aprofundamento de conhecimento sobre o seu objeto, a informação, e seus processos de gestão, organização, acesso e uso.

Compreende-se que os gestos de leituras aqui trabalhados visam um aprofundamento e uma compreensão da natureza conceitual das acepções da nossa área. É por meio destes percursos que construiremos sua cientificidade.

## REFERÊNCIAS

BARROS, T. H. B. Discurso, Documento e Arquivística: trajetória de uma área. **Pesq. Bras. em Ci. da Inf. e Bib.**, João Pessoa, v.12, n. 2, p. 097-110, 2017.

BARROS, T. H. B. **Uma trajetória da Arquivística a partir da Análise do Discurso: inflexões histórico-conceituais** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G)**: Norma geral internacional de descrição arquivística: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. 119 p.

FREITAS, Lídia Silva de. **Na teia dos sentidos: o discurso da Ciência da Informação sobre a atual condição da informação**. ENANCIB. 5., 2015, **Anais...**, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/venancib/paper/viewFile/2123/1258>

LEÃO, Flávia Carneiro. **A representação da informação arquivística permanente: a normalização descritiva e a ISAD (G)**. 2006. 87 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, SP, 2006.

MORAES, J. B. E; LIMA, L. M; CAPRIOLI, M. S. Análise do discurso e Ciência da Informação: aportes teóricos para organização e representação da informação. **Scire**, [sl.], v.22, n.2, p.75-85, jul.-dic. 2016.

MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Trad. Brasileira de Manoel Adolpho Vanderley, Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 1973.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução: Eni P. Orlandi. Campinas, SP. Pontes Editores, 2012.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de conteúdo e análise do discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. **Alea**, [sl.], v.7, n. 2, p. 305-322, jul./dez., 2005.

RODRIGUES, G. M. A representação da informação em arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da norma internacional de descrição arquivística. In: Georgete Medleg Rodrigues; Ilza Leite Lopes (Org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação**. Brasília: Thesaurus, 2003, v. 2, p. 210-230.

RODRIGUES, W.M.; BARROS, T.H.B Representação e descrição arquivística: um estudo do ementário dos cursos de Arquivologia do Brasil. **Revista Analisando em Ciência da Informação**, João Pessoa, n.4, esp. p. 510-525, 2016.

SILVA, A. R. da; Baptista, D. M. Abordagens de Análise de Discurso na Ciência da Informação: panorama dos estudos brasileiros. **Inf. & Soc. Est.**, João Pessoa, v.25, n.2, p. 89-103, maio/ago. 2015.

VÁLIO, E. B. M.; OLIVEIRA, V. de F. F. de: Terminologia da ciência da informação: abordagem da análise do discurso. **Perspect. Ciênc. Inf.**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 114-133, jul./dez. 2003.

#### ***DISCURSIVE PERSPECTIVES IN THE FORMATION OF THE CONCEPT OF DESCRIPTION OF INFORMATION IN ARCHIVAL SCIENCE***

**Abstract:** *We analyze the main concepts related to Discourse Analysis and construct a theoretical background of the formation and constitution of the field. The theoretical framework is delimited by the French tradition in Discourse Analysis and, therefore, is based on the authors Michel Pêcheux and Eni Pulcinele Orlandi, precursor of Discourse Analysis. The research methodology used was the bibliographical and documentary analysis concerning the literature of Archival Science and Discourse Analysis. It was analyzed the recurrence of the concept of "archival description" by means of textual cuts of important instruments of archival description and normalization, as well as of intellectual productions of the area. This work is part of the production of the dissertation that is in progress. Based on the dissertation analysis applied to the textual cuts, it was possible to identify that the contextual factor is fundamental for the production of meaning, in the main reason for making a description, confirmed by the recurrence with which the terms that semantically referred to it, and in the same way the repetition of this by means of paraphrase. It is possible to conclude that the activity of archival description is an intellectual activity of documentary research. The present work is important in the sense of opening the way for a broader understanding regarding the formation and course of its constituent concepts.*

**Keywords:** *Discourse Analysis. Archival Description. Concept of Description. Conceptual Analysis.*

*Originais recebidos em: 22/05/2018  
Aceito para publicação em: 07/11/2018  
Publicado em: 17/03/2019*